

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO
Nº , de 2021

(Deputada)

Requer que seja solicitado ao Senhor Ministro de Estado da Economia informações sobre a metodologia prevista no inciso III do artigo 158 da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2021.

Senhor Presidente:

Com fundamento no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 15, XIII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência para que seja encaminhado ao Senhor Ministro de Estado da Economia, a solicitação de informações sobre a metodologia prevista no inciso III do artigo 158 da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2021.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias 2021 (Lei 14.116/2021) prevê em seu inciso III do artigo 158 que o Poder Executivo deverá elaborar metodologia de acompanhamento dos programas e ações destinados às mulheres com vistas à apuração e divulgação do Orçamento Mulher. Considerando que o Projeto de Lei de Orçamentária para 2022 já se encontra em tramitação no Parlamento, a disponibilização dessas informações será fundamental para auxiliar este Poder em sua função constitucional de discussão, aprovação e fiscalização do orçamento público.

JUSTIFICAÇÃO

O Orçamento Mulher não se constitui em um orçamento em separado, trata-se tão somente de um recorte do orçamento da União no qual são evidenciados os programas e ações que impactam a qualidade de vida das mulheres brasileiras.



Durante os anos de 2008 a 2013, em uma parceria entre o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFMEA) e o Senado Federal, por meio da plataforma SIGA BRASIL, esses dados foram disponibilizados para a sociedade brasileira.

Há dois anos, a bancada feminina da Câmara dos Deputados, vem, por meio da LDO, demandando que o Poder Executivo informe esses gastos. Todavia, tal esforço tem sido sistematicamente vetado. No ano de 2021, o veto ao inciso III do artigo 158 da LDO foi derrubado e, portanto, cabe ao Executivo elaborar metodologia de acompanhamento dos programas e ações destinados às mulheres com vistas à apuração e divulgação do Orçamento Mulher.

Nesse sentido, torna-se imperativo a disponibilização para o Parlamento dessa metodologia que visa facilitar o acompanhamento do processo orçamentário pela sociedade e pelas entidades voltadas para promoção e defesa de políticas públicas para as políticas da mulher.

Sala das Sessões, 21 de setembro de 2021.

CELINA LEÃO
Deputada Federal
Coordenadora dos Direitos da Mulher

